

Artigo**O Racismo e o diálogo entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais**Antonio Carlos Lopes Petean¹**RESUMO**

Este artigo apresenta as formas que o racismo assumiu no decorrer da história e, também, as representações sobre o negro e sobre o continente africano no pensamento ocidental, com o intuito de realizar uma reflexão sobre o nascimento do chamado “racismo científico” no século XIX. O racismo é um fenômeno que está presente nas relações sociais e acompanhou a modernidade. Ele moldou as relações entre grupos humanos durante a expansão marítima comercial européia, acompanhou o desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e urbanização.

PALAVRAS-CHAVE: História. Ciências Naturais. Ciências Humanas.

RACISM AND DIALOGUE BETWEEN THE HUMAN SCIENCES AND NATURAL SCIENCES**SUMMARY**

This article presents the ways that racism has taken throughout history and also the representations of the black and on the African continent in Western thought in order to perform a reflection on the birth of so-called "scientific racism" in the nineteenth century. Racism is a phenomenon that is present in social relations and accompanied modernity. It shaped the relations between human groups during the expansion of european maritime trade, followed the development of capitalism, industrialization and urbanization.

KEYWORDS: History. Natural Sciences. Human Sciences.

1. As Representações sobre o Outro

Wieviorka (2007) afirma que o termo “racismo” surgiu no vocabulário ocidental no período entre guerras e, somente após 1945 é que ele se firmou na linguagem política do planeta. Com o fim da segunda guerra mundial, o início das lutas de descolonização na Ásia e África e a luta contra as políticas de segregação racial nos E.U.A. e na África do Sul, o racismo não podia mais ser ignorado.

¹ Doutor em Sociologia pela UNESP/Campus de Araraquara e Prof. Adjunto I do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Mas se a palavra racismo é recente, as práticas e as ideias para as quais ele nos remete estão presentes mesmo antes da era moderna, podendo ser encontradas desde o mundo grego e romano antigo, até o extremo oriente. Na antiga Grécia o bárbaro era aquele não educado pela *polis*, já para o mundo romano antigo eram considerados bárbaros todos os povos que não possuíam a cultura romana e suas instituições.

Seyferth (2002) afirma que na antiguidade, o termo bárbaro era um conceito-chave para distinguir os gregos (civilizados e políticos) dos outros povos vistos como desprovidos da razão e incapazes de formar a sociedade civil e a polis. Mas o conceito bárbaro nos remete a outros conceitos presentes no imaginário contemporâneo: o bárbaro é associado a crueldade, agressividade, ferocidade. O bárbaro representa aquilo que o civilizado não é. Portanto o termo bárbaro define também uma característica comportamental de certos povos, revelando a primeira tentativa epistemológica para estabelecer um conhecimento sobre o outro.

Já no imaginário religioso medieval, encontramos diversas imagens subalternizantes acerca dos africanos, como a teoria camita que interpreta e estigmatiza o negro como descendente do personagem bíblico Cam, que se tornou escravo por ter zombado do seu pai Noé (SERRANO; WALDMAN, p. 2007). Ideias pejorativas referentes ao continente africano e ao negro são observadas, também, nas representações cartográficas medievais que tratam da composição do mundo e das diferenças físicas entre os seres humanos.

Na cartografia em que a representação do imaginário tinha maior destaque do que a realidade, notamos que a África é um continente associado ao bestiário. Um exemplo dessa representação é o mapa do Salmo, de 1250. Produzido a partir da leitura do Gênesis, o mundo aparece dividido em três continentes que são associados aos filhos de Noé: A Ásia, situada na parte superior, era entendida como “Edén terrestre” e, abaixo, ao lado da Europa, está representada a África como território de monstros (ARNAUT; LOPES, 2005, p.13).

Ainda sobre a representação cartográfica medieval, Serrano e Waldman (2007), dizem-nos que na construção mitológica retratada pela cartografia europeia medieval, o continente africano primeiramente foi associado a um conjunto de terras situadas abaixo do continente europeu, vistas desta forma, como inferiores e, em segundo lugar, esse conjunto de terras é apresentado como uma região assolada por um grande calor, impróprio para a civilização, mas favorável a seres diabólicos. A África foi simbolicamente associada ao inferno e a residência de seres bestiais.

Segundo Santos (2002), o imaginário europeu, até o século das luzes era povoado por seres fantásticos e raças monstruosas, seres que ocupavam lugar nas descrições sobre a África. Para muitos viajantes, o continente africano era um mundo maravilhoso e demoníaco, belo e perverso.

Satã era representado sempre negro ou escuro. Já Cohen (1980) vai dizer que os europeus relacionavam o negro com a marca do mal e da depravação, da falta de pudor e amoral. Diante disso devemos pensar que a visão cosmogônica da idade média visava à representação e disseminação de um imaginário religioso que demonizou a África, seus habitantes e suas manifestações culturais e religiosas (ARNAUT; LOPES, 2005).

A disseminação e a perpetuação desse imaginário religioso medieval podem ser observadas no pensamento de um jesuíta, que esteve no Brasil durante o século XVIII, conforme nos descreve Schwarcz.

Foi o jesuíta italiano Antonil, no século XVIII, quem melhor caracterizou a função dessa “colônia-purgatório”: extirpar pecados, purificando as almas. O Brasil representaria uma espécie de transição entre a terra da escravidão e do pecado (localizados na África) e o céu: espaço de libertação por excelência. Na sua famosa formulação- “O Brasil é o inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas”- ficava sintetizada certa estrutura do sistema, uma vez que diante dessa população “demonizada”, a colonização e a catequese eram entendidas e representadas como benfeitorias, ações valorizadas em outra ordem divina (SCHWARCZ, 2001, p.17).

Antes do movimento iluminista, as explicações para as diferenças físicas entre os seres humanos estavam baseadas na ideia de uma possível determinação divina ou buscava-se relacionar as diferenças físicas a uma possível árvore genealógica bíblica. Sendo assim, para Lopes (2007) Bíblia serviu de base para explicar tamanha diversidade na aparência física.

Até o século XVIII, os sábios procuravam explicar as diferenças físicas existentes entre os povos por meio de árvores genealógicas tiradas da Bíblia. Então a diversidade na aparência das pessoas era entendida ou como uma determinação de Deus ou como uma coisa hereditária, cada um “saindo” ao seu antepassado (LOPES, 2007, p.26).

Além das explicações teológicas, outras causas foram apontadas como possíveis determinantes das diferenças entre os homens, como a alimentação e o clima. Devemos observar que a África é o único continente eminentemente tropical do planeta. Terras soberanamente governadas pelo sol. Muitas vezes esse dado foi persistentemente manipulado para confirmar uma inferioridade tida como inata ao negro-africano. Recorde-se que, em passado recente, foram abundantes nos meios científicos europeus as teses que advogavam, por exemplo, a baixa capacidade intelectual, o passionalismo e a preguiça como decorrentes da tropicalidade e da elevada umidade do ar (SERRANO; WALDMAN, 2007).

Não por acaso, “o cristianismo criou expressões como fogo ou o calor dos infernos” (Serrano e Waldman, 2007, p.26). As representações conceituais dos europeus rompem a barreira do humano e

passam a se referirem, também, ao espaço geográfico. Na análise de Wieviorka (2007) a ideologia racista evoluiu e modificou-se durante a era moderna.

As doutrinas e ideologias racistas evoluíram consideravelmente na era moderna. Em um primeiro tempo, durante os séculos XVII e XVIII, dominam, não sem uma grande diversidade suficiente, representações do outro que se podem denominar proto-racistas. Algumas notadamente explicam as diferenças físicas dos africanos ou dos índios da América, elas mesmas percebidas como causa ou marca de uma inferioridade pelo meio ambiente em que vivem: o clima, a natureza, mas também a cultura, a civilização na qual eles são socializados (WIEVIORKA, 2007, p.19).

A denominação protoracista utilizada por Wieviorka pode ser utilizada, também para descrever representações que muitos viajantes construíram sobre a população do novo-mundo. Schwarcz (2001) relata que o naturalista Gândavo, no século XVI, descreve os nativos encontrados no Brasil como uma multidão de bárbaros, sem fé, sem lei e sem rei; homens dados à sensualidade, à vingança, e à lascívia. Fica claro que essa representação se dá pela falta, pelo estranhamento e pela exotividade do outro. Para Seyferth (2002), o impacto da descoberta da América produziu uma associação entre o termo bárbaro e canibalismo, dando margem a definir o outro como uma subespécie do homem ou um ser subumano. Verificamos então que o conceito bárbaro atravessou períodos históricos distintos, mas nos revela a tentativa epistemológica de conhecer e classificar o outro, o não europeu.

Mas, se as doutrinas e as ideologias racistas evoluíram na era moderna, conforme nos relata Wieviorka, isto se deve a uma nova concepção de ciência que começou a ser elaborada durante o século XVI pelo filósofo empirista Francis Bacon (1561-1626).

2. O Empirismo e as Representações sobre o Outro

O empirismo de Bacon é considerado, ao lado do racionalismo de Descartes, uma das correntes filosóficas fundadoras do pensamento moderno, sobretudo no campo da teoria do conhecimento. A época de Francis Bacon e Descartes foi marcada pela transição entre a tradição e uma nova concepção de mundo que se anuncia a partir da revolução científica de Copérnico, Galileu e Bruno e das grandes navegações que revolucionaram o conceito de espaço e a visão sobre o cosmo.

É nesse contexto que se insere o empirismo e a filosofia de Bacon. Se o conhecimento herdado da tradição e da instituição representada pelo papa, não oferecem um conhecimento seguro, pois os conceitos sobre o homem, sobre a sociedade e sobre as diferenças físicas, caíram por terra, cabe construir um método que conduza o homem ao conhecimento adequado, indicando uma via segura para a razão formular e validar suas teses. Este método é para Bacon, a valorização da experiência e da

experimentação. Desta forma, o empirismo rejeita a noção de ideias inatas ou naturais ou ainda, rejeita todo conhecimento anterior a experiência ou independente dela. Para Bacon, a base de todo conhecimento passa pela experimentação e observação dos fenômenos da natureza. De agora em diante a natureza e o conhecimento sensível da vida material são as chaves do saber.

Bacon propõe então um modelo para a nova ciência. O homem deve despir-se de seus preconceitos, tornando-se “uma criança diante da natureza”. Só assim alcançará o verdadeiro saber. O novo método científico é a indução, que, com base em observações, permite o conhecimento do funcionamento da natureza e, observando a regularidade entre os fenômenos e estabelecendo relações entre eles, permite formular leis científicas que são generalizações indutivas. É desse modo que a ciência pode progredir e o conhecimento crescer de forma controlada e segura (MARCONDES, 2006, p.179).

Despir-se dos preconceitos era eliminar do processo de conhecimento, as superstições, as ilusões criadas pela visão religiosa e escolástica de mundo, eliminar portanto, os preconceitos criados a priori e à margem de todo conhecimento sensível. A partir de Bacon, que influenciou profundamente o positivismo, o conhecimento passa a estar ligado à observação do mundo natural e a seguir um método, o indutivismo, para que ocorra verdadeiramente um progresso do conhecimento. Para Ferreira (2008) a crença no progresso do conhecimento e da própria sociedade assim como o domínio crescente do homem sobre a natureza foram as teses defendidas por Francis Bacon.

Não seria exagero situar Francis Bacon como o precursor da construção de uma imagem da ciência bastante positiva. A partir dele se instituiu a ideia de que a ciência levaria a humanidade para uma nova e boa fase assentada no crescente controle do homem sobre a natureza (FERREIRA, 2008, p.49).

Com Francis Bacon, a ideia de progresso do conhecimento e o progresso da própria humanidade se convertem em dogma. Se a ideia de modernidade está associada à ideia de progresso do conhecimento e este ao progresso da própria humanidade, então a filosofia de Bacon é a base filosófica do pensamento moderno.

O pensamento racista ou “racismo científico” nasce e está associado a este novo modelo de ciência, que se baseia na experimentação e observação da natureza utilizando o método indutivo e, que crê no progresso do conhecimento e da humanidade. A ideia tanto do progresso do conhecimento, quanto da humanidade, está presente na filosofia das luzes e no seu filho direto o positivismo.

Por isso, segundo Wieviorka (2007), o racismo propriamente dito, a ideia de uma diferença essencial, inscrita na própria natureza dos grupos humanos, em suas características físicas, não

começa verdadeiramente a se difundir senão no final do século XVIII e no século seguinte. Foi no século das luzes, que o pensador iluminista Condorcet (considerado o primeiro positivista) elaborou uma ciência para estudar a sociedade, baseada no modelo científico-natural.

Pode-se dizer que a idéia de uma ciência da sociedade, elaborada segundo o modelo científico-natural, aparece particularmente no século XVIII. Pode-se encontrar em períodos anteriores alguns elementos dessa formulação, mas esta é realizada mais explicitamente no século XVIII, no momento em que se desenvolve a filosofia das luzes- o enciclopedismo- e a luta contra a ideologia dominante na época, a ideologia clerical, feudal, absolutista (LÖWY, 1985, p.37).

Para Condorcet, o conhecimento sobre a sociedade deveria ser neutro, objetivo, enfim, deveria ser preciso como o conhecimento matemático. E um conhecimento objetivo e neutro só seria possível, segundo esse pensador se, no processo de conhecimento fossem eliminados todos os preconceitos e paixões. Preconceitos identificados por ele como sendo as ideias clericais sobre a sociedade, partilhando assim, da ideia de Francis Bacon. Segundo Löwy (1985), Condorcet considerava que, como na marcha das ciências físicas e biológicas, os interesses e as paixões não as perturbavam, o mesmo deveria ocorrer nas ciências da sociedade e, para isso, deveríamos eliminar as doutrinas teológicas, os argumentos papais e a autoridade de São Tomás de Aquino.

Na busca por um conhecimento objetivo, neutro e livre de argumentos de ordem teológica, as ciências sociais começaram a utilizar conceitos ou ideias provenientes das ciências naturais, como a ideia de raça e de leis naturais para explicar o funcionamento das sociedades, assim como o progresso e o desenvolvimento econômico das mesmas. Portanto o nascimento das ciências sociais, assim como de suas antecessoras, as ciências naturais, foi pautado pela noção de progresso presente no pensamento de Francis Bacon.

Mas foi Saint-Simon, nas palavras de Löwy (1985) quem pela primeira vez buscou formular um conhecimento da sociedade segundo o modelo biológico, e especificamente, segundo a fisiologia, com o objetivo de demonstrar que determinadas classes sociais são parasitas do organismo social. Saint-Simon era um socialista utópico do século XIX que atribuiu à sua doutrina o nome de fisiologia social.

Seguindo essa lógica, podemos afirmar que, durante o século XIX, com o avanço e o predomínio das ciências naturais, sobretudo da biologia, sobre as ciências humanas, que o conceito de raça passou a ser utilizado para definir as diferenças físicas entre os seres humanos e, fundamentalmente, para explicar as diferenças entre sociedades, no que diz respeito ao

desenvolvimento e ao progresso, e desta forma, abandonando as explicações de ordem teológicas, vistas por Condorcet como preconceitos e paixões que impediam o conhecimento preciso e objetivo.

Raça passou, então, a ser o conceito chave e explicativo para as diferenças entre grupos humanos e estas explicações alçaram o status de leis universais. Nesse período, as ciências naturais, assim como as ciências humanas, estavam pautadas unicamente pela busca de leis que explicassem o comportamento de seus respectivos objetos. Uma das principais proposições teórico-metodológicas que se desenvolveu nesse período, foi a teoria positivista da ciência, ou positivismo. Para o positivismo a sociedade é regulada por leis naturais iguais às leis da natureza e que, portanto, são independentes da ação e da vontade humana. Sobre essa proposição teórica do positivismo, Löwy vai nos dizer que:

A sua hipótese fundamental é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais, ou por leis que tem todas as características das leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana, tal como a lei da gravidade ou do movimento da terra ao redor do sol: pode-se até procurar criar uma situação que bloqueie a lei da gravidade, mas isso se faz partindo de que essa lei é totalmente objetiva, independente da vontade e da ação humana (LÖWY, 1985, p. 36).

Descobrir leis, para as ciências relacionava-se, a possibilidade de construir teorias que pudessem dar informações sobre os hábitos comportamentais dos objetos estudados. O método empregado para se concretizar essa busca foi o método indutivo, defendido por Francis Bacon. O indutivismo acredita poder construir uma teoria científica a partir da observação dos fatos, eliminando os preconceitos e pré-juízos elaborados a priori e distantes da experimentação; e toda teoria construída a partir desse método enuncia leis que se pretendem universais. Por isso, conhecer leis, para as ciências naturais e humanas, no século XIX, era a possibilidade de conhecer o comportamento do objeto e realizar previsões sobre seu futuro comportamento. No caso das ciências humanas, a busca era por leis que explicassem o comportamento violento, o atraso social e econômico de uma sociedade ou nação.

As ciências humanas, principalmente a sociologia e a antropologia, ao utilizarem o conceito de “raça”, empregado pela biologia para explicar o comportamento ou características de determinados animais, buscou relacionar o comportamento de determinados seres humanos com suas características “raciais”, ou melhor, com suas características fenotípicas (cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, diâmetro do crânio e outras características de ordem física que podem ser captadas pela observação científica), originando uma concepção teórica sobre o comportamento que contribuiu para a formulação de ideias racistas, como se a aparência física fosse condição para explicar a priori o comportamento de seres humanos e suas diferenças sociais e culturais.

Desta forma buscou-se criar um vínculo entre os caracteres fenotípicos, o comportamento e o desenvolvimento intelectual, como se essa relação fosse uma lei natural e objetiva encontrada no decorrer da história da humanidade, naturalizando a História. Portanto, o fenótipo passou a ser o dado principal para se compreender o comportamento de determinados sujeitos sociais, assim como suas respectivas capacidades intelectuais. O método proposto por Bacon está presente nas ciências naturais e humanas do século XIX, pois ao visualizar o fenótipo, os teóricos do racismo científico o relacionavam aos fenômenos comportamentais, seguindo assim a proposta metodológica de Bacon, que defendia a ideia de que na observação dos fatos é possível encontrar e demonstrar as leis que os regem, segundo Ferreira (2008). Vale lembrar a advertência de Kant sobre os conceitos criados pelo entendimento. Os conceitos se explicam apenas por si só e não no tocante a matéria, que permanece desconhecida por nós (KANT, 1992).

A pretensão das ciências naturais e das ciências humanas de eliminar do processo de conhecimento os a priori, os preconceitos e pré-juízos ao conhecimento, não se efetivou como ficou claro com o “racismo científico”. Se o método indutivo proposto por Bacon era uma forma de combater todo tipo de preconceito, indo direto as fontes, através da observação dos fatos e da experimentação, assim evitando o erro, este método falhou ao ser levado para as ciências humanas, pois ele acabou por servir de base para o pensamento racista.

A crítica feita ao método indutivo, cuja pretensão era construir um conhecimento seguro a partir da observação do fenômeno, foi realizada por Kant na sua obra “Crítica à razão pura”, e principalmente por Karl Popper, filósofo contemporâneo da ciência, que escreveu a obra “Conhecimento Objetivo”, na qual desmonta o método indutivo.

Mas, os teóricos do racismo científico, que não se ocuparam da crítica kantiana, e utilizando o conceito de raça no século XIX, identificaram três tipos raciais: a raça branca, a negra e a amarela. A partir deste período, o conceito de raça começou a ser utilizado para análises sociológicas que abordavam as diferenças culturais. Estas diferenças foram hierarquizadas pelas ciências sociais. De acordo com Lopes (2007), foi o conde de Gobineau, no século XIX, que lançou as bases para o “racismo científico” ao pregar a superioridade da “raça” nórdica e branca sobre as demais, afirmando, ainda, que a raça era o fator determinante do progresso ou da decadência de uma sociedade, sendo a raça branca responsável pelo progresso, e toda decadência como resultado do amálgama de “raças”.

A miscigenação aparece como responsável pela decadência de uma sociedade, assim como a pureza é responsável pelo seu progresso. Podemos perceber a ideia de progresso de Bacon nas teses de Gobineau. Mas o progresso em Gobineau está associado a pureza racial, assim como a decadência

estava associada a miscigenação racial segundo nos diz Wieviorka (2007) e todas as áreas do saber buscam justificar estas teses.

As concepções científicas de raça se colocam na convergência de todos os campos do saber. Para isso contribuem os viajantes, os escritores, os poetas, mas também os filósofos e teólogos. Trata-se, qualquer que seja o saber inaugurado ou convocado, de demonstrar a superioridade da “raça” branca sobre as outras “raças”, de classificar as raças humanas nas pegadas da classificação das espécies propostas por Karl Von Linné; de demonstrar também, que a “mistura” é fonte de decadência para a raça superior (WIEVIORKA, 2007, p. 21).

Ao passar pelo Brasil, Gobineau descreve a população local como mulata e viciada no sangue, no espírito e assustadoramente feia, conforme nos relata Schwarcz (2001). Os relatos de viagem do conde reforçam a visão preconceituosa sobre os “mestiços” existentes em terras tupiniquins e a impossibilidade de desenvolvimento devido à predominância de negros e mestiços, reforçando a ideia ou tese da “necessidade” de branqueamento da população brasileira.

O “racismo científico”, de Gobineau, atribuí ao branco e suas vertentes ariana e teutônica, os grandes feitos da humanidade (LOPES, 2007) e, portanto, implicitamente, relaciona o elemento fenotípico à capacidade intelectual do indivíduo e ao desenvolvimento de uma nação ou sociedade. Porém, vale ressaltar que, a noção de raça ariana é um mito biológico e social, entre outros, criados pelo próprio racismo científico para gerar uma hierarquia biológica entre seres humanos e justificar conquistas e dominação de supostos “superiores” sobre “inferiores”. Segundo Lopes:

O nome “ariano” vem de “Árias”, suposto nome de um povo que invadiu o norte da Índia a partir do século XVIII a.C. e ali, instalou uma comunidade cuja língua se chamava “Sanskrito”. É por isso que se costuma dizer que a Civilização Universal nasceu entre os povos indo-europeus, já que esses arianos teriam, da Índia, chegado à Europa (LOPES, 2007, p. 40).

Lopes (2007) afirma ainda, que vários pesquisadores tentaram localizar a real origem desses “Arias, não chegando a nem uma conclusão e que, portanto, a existência real desse povo pode ser mais um mito criado pelo racismo científico que, devido a familiaridade do sânscrito com o grego e o alemão, criou a ideia de uma raiz comum para essas línguas, chamando-as de indo-europeias ou arianas. Mas, da familiaridade linguística, o arianismo foi reinterpretado e adaptado ao campo biológico.

3. O Racismo e o Colonialismo Europeu

Sendo assim, o conceito raça passou a ser utilizado, a partir do século XIX, para explicar o progresso ou a decadência de uma nação ou país, e ainda para construir uma identidade nacional

(caso da Alemanha), para justificar o domínio de uma casta sobre outras (caso da França), e também para justificar o neocolonialismo europeu sobre a África e Ásia. Segundo Arendt (1998), na França o conde de Boulainvilliers exaltou a “superioridade racial” da nobreza francesa para se opor ao povo e a burguesia, afirmando que a queda dessa casta seria a queda da França e do mundo. Diz ainda Arendt (1998) que na Alemanha os nacionalistas buscaram uma origem tribal comum que justificasse a unificação. Todas são ideias identificadas com a modernidade cujas origens, como foi dito, encontram-se em Francis Bacon. Observamos assim, que tanto o conde de Gobineau, quanto o conde de Boulainvillieus estabelecem, em suas teorias, uma relação de causa e efeito, entre raça e atraso ou progresso de uma nação, como resultado de observações “científicas”. Essa relação é uma lei natural nos escritos desses dois estudiosos.

[...] por causa desse racismo explicado assim “cientificamente”, até a época da primeira guerra mundial, em 1914, a maioria dos livros que tratavam do assunto procuravam mostrar que os povos não europeus, considerados não civilizados, eram sempre muito diferentes; que seu comportamento era estranho; que seus costumes eram quase sempre ridículos e até repugnantes; que eles viviam num mundo sem lógica, cheio de superstições e que por isso, eles pertenciam a “raças inferiores (LOPES, 2007, p.29).

Com isso, negros, mulatos, indígenas e asiáticos passaram a serem vistos como inferiores, incivilizados, menos dotados intelectualmente e de costumes estranhos e repugnantes. Para Arnaut e Lopes (2001), se estabeleceu a partir da utilização do conceito de raça, uma estreita ligação entre biologia e cultura, sendo a primeira determinante da segunda. Então logicamente, supostas “raças inferiores”, possuiriam uma cultura também inferior.

Ao estabelecerem essas conotações sobre o negro e demais grupos étnicos os europeus, como foi dito, justificavam a escravidão e a partilha da África no século XIX. Sobre a escravidão, vale ressaltar que ela, enquanto sistema de dominação e posse de um indivíduo sobre o outro, legitimou e “naturalizou” as relações sociais, o arbítrio e também inibiu toda discussão sobre cidadania, disseminando a violência, conforme nos descreve Schwarcz (2001).

Diz Fonseca (2009), que, da sociedade colonial, passando pelo império e entrando no período republicano, a população negra sofreu todo tipo de violência física e psicológica, e que as mulheres negras foram submetidas a todo tipo de flagelo e humilhação, pois eram constantemente violentadas e usadas de todas as formas. Tratado como bem pessoal, o escravizado podia ser alugado, leiloado, penhorado, assim como os demais bens do escravista. Era difícil, mas não impossível, restituir e praticar crenças próprias ou recriar os antigos modos de vida. Nesse contexto o candomblé aqui praticado e a Umbanda são religiosidades de matriz africana, foram recriadas e sofreram com todo

tipo de perseguições e preconceitos como veremos no decorrer desse trabalho. Por isso mesmo, estas religiões eram praticadas de maneira furtiva segundo Schwarcz (2001).

Mas os europeus consideravam tanto a escravidão, quanto a partilha e o domínio do continente africano, como benfeitorias, pois aproximavam os negros da civilização cristã. Para Lopes (2007), essa visão racista nasceu, justamente no século XIX, quando as grandes potências europeias estavam ocupadas em dominar o mundo, legitimando com o discurso do “racismo científico”, o domínio sobre o continente africano e asiático, e no caso da África, a justificativa moral para o domínio e a divisão desse continente, foi o argumento de que os povos que ali viviam eram bárbaros e incivilizados, portanto, os europeus não precisavam tratá-los como iguais e muito menos como seres humanos.

Entretanto para que esse domínio fosse aceito por ampla parcela da sociedade europeia, era necessário popularizar esse “racismo científico”, e assim foram criadas exposições públicas, na Europa, de pessoas provenientes de outros continentes. Segundo Lopes (2007), foram criados na Europa os zôos humanos com o intuito de popularizar as ideias preconceituosas sobre os não europeus e que essas exposições surgiram paralelamente em vários países, para construir na cabeça dos espectadores, principalmente do povo europeu, a ideia de que os africanos eram atrasados, selvagens, canibais e, portanto, não civilizados. Lopes diz ainda, que nos “zôos humanos” a ideia sobre o bom selvagem foi substituída pela do exótico selvagem, e que este precisava ser domesticado e dominado. Desta forma o racismo popularizou-se entre as camadas não letradas e populares da Europa, contribuindo para a aceitação do colonialismo europeu sobre o continente africano.

Foi dessa forma que um suposto conhecimento “científico”, sobre os povos não europeus, se popularizou entre a sociedade europeia do século XIX. Segundo Alves (1990), “o *conhecimento do comportamento dá àqueles que o detém um enorme poder em relação aos outros. Ele tem, portanto, uma inegável importância prática*”. Mesmo que esse conhecimento seja resultado de uma pseudo teoria científica que não possui, portanto, sustentação teórica.

Desta maneira fica claro o papel do “racismo científico” enquanto uma questão epistemológica e ideológica que serviu, principalmente, a uma estratégia de poder e dominação. Já no final do século XIX, quando as ideias de Charles Darwin percorriam a Europa, Herbert Spencer passa a defender um “darwinismo social” que radicaliza a visão racista de mundo. Vejamos o que diz Wieviorka:

Um pouco mais tarde, no fim do século XIX, em um clima intelectual no qual as idéias de Herbert Spencer chegam a se misturar com as idéias de Charles Darwin sobre a origem das espécies, o “darwinismo social”, promove idéias racistas, na verdade bastante distanciadas de Darwin: lá onde esse último se interessa na mudança e na evolução pela seleção natural,

Spencer salienta as características físicas da raça, que autoriza, segundo ele, um grupo racial se manter por meio de lutas, eliminando os espécimes impuros (WIEVIORKA, 2007, p.270).

Vale ressaltar, ainda, que o racismo se apresenta como um fenômeno transnacional e transcontinental, portanto manifestações pejorativas e preconceituosas sobre o outro estão presentes na Europa Ocidental e Oriental, na América do Sul, na própria África e na sociologia americana do século XIX. O racismo foi a primeira concepção “científica” sobre a humanidade globalizada. Na África do Sul vigorou a partir de 1910 uma constituição com leis segregacionistas que privou os negros do direito de voto e de possuir terras. Essa política de segregação, chamada de *apartheid*, se ampliou em 1913, quando apenas 7% do território da atual República Sul Africana foram distribuídas à população negra que representava 75% da totalidade da população. Estas terras foram chamadas de Bantustões e esta divisão teve sustentação jurídica.

O edifício jurídico do *apartheid* foi erguido com base na lei de registros da população (population registration act) de 1950, que classificou os sul-africanos segundo um sistema racial e linguístico. Essa lei definia os grupos básicos da população, dividindo-a a partir da cor da pele em brancos, negros, mestiços e asiáticos (MAGNOLI, 1998, p.41).

Toda essa legislação segregacionista baseava-se numa suposta inferioridade dos negros, segundo as teorias do “racismo científico”. Os negros na África do Sul eram chamados de bantos, independentemente da etnia. Já “nos E.U.A., os dois primeiros tratados de sociologia, publicados em meados do século XIX, tanto o de Henry Hughes como o de George Fitzhugh, pretendem justificar o racismo e as ciências sociais. Ellwood, Grove S. Dow e numerosos autores, em especial nas primeiras publicações do *American Journal of Sociology*, desenvolvem um racismo que versa sobre dois temas principais: de um lado a questão negra, de outro, a imigração, que preocupa cada vez mais a população americana a partir do início do século XIX” (WIEVIORKA, 2007, p.22). As ideias segregacionistas nos E.U.A. tiveram suporte na sociologia americana que defendia a superioridade dos brancos anglo-saxônicos e protestantes, sobre os negros. Toda uma legislação segregacionista vigorou entre 1890 e a década de 1960 nos estados do sul dos Estados Unidos da América do Norte. Essa época ficou conhecida como período “Jim Crow”.

Toda ideologia segregacionista desenvolvida nos E.U.A., estava baseada também, no discurso religioso e no biológico como forma de negar a igualdade jurídica aos negros. Nas palavras de Rosenfeld (2007) este sistema segregacionista foi característico dos E.U.A., mas era contraditório com os princípios iluministas, sendo necessário criar uma ideologia que justificasse o tratamento desigual.

Exatamente isso ocorre na América do Norte, na medida em que a discriminação contra os negros contradizia de maneira óbvia a tradicional filosofia americana do iluminismo, de igualdade entre as pessoas, de modo que foi necessária a criação de uma ideologia de exceção para as pessoas de cor, primeiro em nível religioso e depois em nível biológico, que justificasse o tratamento de exceção por elas recebido em nível de consciência e para aplacar conflitos internos (ROSENFELD, 2007, p.26).

Evidencia-se, assim, que a concepção científica da superioridade de determinada “raça” dominou vários campos do saber, no século XIX, das ciências biológicas às ciências humanas, e atravessou fronteiras. Biólogos, anatomistas, teólogos, historiadores, poetas, enfim, várias são as áreas que buscaram comprovar a superioridade da “raça” branca sobre as demais e ainda classificá-las segundo caracteres fenotípicos. Isso deixa claro que o discurso do racismo científico era uma visão social de mundo que buscou a hegemonia no campo do conhecimento científico e desta forma estabeleceu um senso comum acerca de determinados grupos humanos e seus específicos papéis na história da humanidade.

O fato é que o racismo científico evoluiu no tempo. No início do século XIX, as definições sobre “raça” superior e inferior estavam ligadas aos aspectos externos tais como: a cor da pele, o formato do nariz, o tipo de cabelo, e etc. Mas aos poucos, com o avanço da “biologia”, o esqueleto passou a ser objeto de análise e “definidor” de comportamento e capacidades intelectuais. O crânio passou a ser o objeto de estudo e o seu diâmetro e formato foi associado a capacidade intelectual de determinadas “raças”. Esses estudos deram origem a frenologia e a craniometria.

Na Alemanha, a frenologia buscou compreender a personalidade por meio do formato do crânio e na Escócia, com George Combe, ela se tornou uma ciência altamente respeitada. Sobre as teses da frenologia e sua presença no Brasil, durante o século XIX, Schwarcz afirma que:

Tendo por base uma ciência positiva e determinista, pretendia-se explicar com objetividade a partir da frenologia, isto é, da mensuração de cérebros e da aferição das características físicas-uma suposta diferença entre grupos humanos. Dessa maneira a “raça” era introduzida a partir dos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos humanos em função de seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania. Assim, diante da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela república de 1889 (SCHWARCZ, 2001, p.42).

4. A Transnacionalidade do Racismo

Com o fim jurídico da escravidão e da monarquia, a questão “racial” passou a ser debatida no Brasil, pois até o final do século XIX o negro na qualidade de escravo era “propriedade de outro”, “desposuído de vontade” e direitos. Nas análises de Fernandes (2007) o direito romano português concebia o indígena e o negro como bens móveis, e negando, principalmente ao negro, a condição humana. Era, portanto, um não cidadão, entendido como uma peça ou coisa, o escravo perdia sua origem e sua personalidade (SCHWARCZ, 2001). Embora ele não fosse considerado cidadão, não é possível concordar com Schwarcz, pois constatamos inúmeras revoltas escravas no decorrer do período escravista no Brasil e nas Américas, como foi o caso da revolução haitiana que culminou com a tomada do poder pelos escravos e foi determinante para o fim da escravidão no Haiti. Esta revolução, tornou-se um símbolo da luta contra a escravidão e seus ecos e efeitos foram vistos em Cuba, com a revolta escrava denominada *La Escalera* em 1844, e no Brasil com a revolta dos Malês em 1835, influenciadas certamente pela revolução haitiana.

Mas foram as recriações das manifestações religiosas africanas no Brasil e em Cuba, assim como a formação de quilombos que nos oferecem bons exemplos da busca pelas origens deixadas do outro lado do Atlântico. Foi nesse contexto histórico-social que surgiram no Brasil, as teorias que defendiam a ideia da desigualdade natural entre as raças, como veremos no decorrer desse trabalho.

Dessa forma, o “racismo científico”, enquanto ideologia, atravessou fronteiras e se espalhou pelo mundo. Mas, sem dúvida alguma, a mais grave consequência gerada pelo racismo foi o “mito” da “superioridade ariana” ou arianismo. Para Lopes (2007), o arianismo ou nordicismo prega a superioridade dos povos nórdicos, com uma clara tentativa de estabelecer uma hierarquia biológica e geográfica entre os seres humanos para justificar uma dominação e opressão sobre os “inferiores”. Essa ideologia ou mito da “superioridade ariana” serviu também para justificar o extremismo e a limpeza étnica. O movimento nazista simboliza o auge do mito da “superioridade ariana” defendido pelo “racismo científico”.

O nazismo marca o apogeu desse poderoso movimento de idéias. Ele recorre largamente a elas, em todos os domínios do saber, a medicina, a biologia, a química, a genética, mas também a antropologia, as ciências jurídicas ou a demografia, todas mobilizadas para definir, categorizar, balizar e classificar as populações em termos de raça- a começar pelos judeus, mas não apenas-, assegurar seu tratamento “científico”. Paralelamente, o nazismo apóia-se nos mesmos conhecimentos para afirmar a superioridade da raça ariana e dotar-se de uma legitimidade histórica, cultural e natural (WIEVIORKA, 2007, p.25).

Este mito transformou-se numa concepção ideológica de mundo “sagrada”, onde o viver, o sentir e o pensar se entrelaçam. Cassirer (1994), afirma que o mundo do mito é um mundo dramático, um mundo de ações, de forças e poderes em conflito e tudo e todos passam a serem vistos

como objetos benignos ou malignos, atraentes e fascinantes ou repelentes e ameaçadores. O fato de ver tudo e todos como objetos benignos ou malignos, que devem ser adorados ou afastados é uma característica que pode ser universal das sociedades humanas. Para Castoriadis,

O racismo é uma transformação ou um descendente especialmente violento e exacerbado de uma característica empiricamente quase universal das sociedades humanas. Trata-se, em primeiro lugar, da aparente incapacidade de se constituir como si mesmo, sem excluir o outro; em seguida, da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvalorizá-lo, chegando, finalmente, a odiá-lo (CASTORIADIS, 1992, p.32).

E, ainda segundo Castoriadis (1992), toda sociedade se institui criando seu próprio mundo, com suas representações, seus valores, sua lógica e sua estética, e nesta criação os outros e as instituições destes outros sempre possuem um lugar: são considerados sempre inferiores. Pois considerar a lógica, as instituições e os valores dos outros como superiores, pressupõe uma contradição lógica e um suicídio real. Portanto, para o mito do arianismo (e outros mitos), os outros sempre são inferiores, repelentes, repugnantes e ameaçadores.

A partir do momento que há fixação racista, como se sabe, os “outros” não são apenas excluídos e inferiores; tornam, como indivíduos e coletividade, ponto de suporte de uma segunda cristalização imaginária. Cristalização essa que os dota de uma série de atributos e, por trás desses atributos, de uma essência má e perversa, justificando de antemão tudo o que se propõe infligir a eles (CASTORIADIS, 1992, p.35).

Já para Wieviorka (2007), o racismo é produto da era moderna e esta intimamente ligado as grandes descobertas, que introduziram novas relações econômicas entre a Europa e os novos continentes descobertos e colonizados. Assim, o racismo na História caminharia paralelamente aos descobrimentos, a colonização, a revolução industrial, ao imperialismo neocolonialista e teria seu ápice no nazismo. O Imperialismo pode ser definido como um período da História do capitalismo industrial, no qual se processou uma forte concentração de capitais, acompanhado pela formação de grandes grupos industriais monopolistas. Cronologicamente ele teria “iniciado” por volta da segunda metade do século XIX e caracterizou-se pela necessidade de exportar capital e mercadorias em grandes volumes.

Estas necessidades fizeram com que potências europeias buscassem regiões fora da Europa para aplicarem seu excedente de capital e que, também, servissem como escoadouro de seus produtos manufaturados. Outra característica do imperialismo é a busca por regiões fornecedoras de matérias-primas para manter o desenvolvimento industrial dos países industrializados. O resultado destas necessidades gerou a partilha da África ocorrida entre 1880 e 1914, e que teria gerado o imperialismo neocolonialismo. Arendt (1978) define o imperialismo como um sistema econômico mundial

marcado pela exportação de capital supérfluo e exportador de mão-de-obra também supérflua, cuja ideologia foi o racismo.

Na obra “O Sistema Totalitário”, Arendt (1978) apresenta-nos esta mão-de-obra supérflua como produto da economia capitalista europeia e como co-participante da corrida para a África. Para Arendt este “bando” de homens supérfluos que foram expulsos da sociedade burguesa europeia, não enquadravam-se no universo operário e, eram o resíduo humano da sociedade industrial.

Foram estes homens “supérfluos”, “expulsos” da sociedade europeia, que chegaram a África e ao estabelecerem-se na região do Cabo, África do Sul, se defrontaram com as populações nativas que lhes causaram um enorme espanto e temor. Foi neste encontro que o termo raça ganhou um forte sentido político e cultural, contribuindo para fortalecer o imaginário europeu sobre o homem pré-histórico, incivilizado e irracional. Este encontro contribuiu, fundamentalmente, para reforçar a ideia de progresso de uma civilização a partir da pureza racial. Para Arendt:

O termo raça chega a ter um significado preciso quando e onde os povos com história conhecida se defrontam com tribos das quais não têm nenhum registro histórico e que ignoram a sua própria História. E não sabemos se estas tribos representam o homem pré-histórico, os espécimes das primeiras formas de vida humana na terra que por acaso sobreviveram, ou se são os sobreviventes pré-históricos de algum desastre desconhecido que pôs fim a alguma civilização. Parecem, sem dúvida, sobreviventes de alguma grande catástrofe seguida de desastres menores, até que a monotonia catastrófica passou a ser a condição natural da sua vida. De qualquer modo, só se encontravam raças desse tipo em regiões onde a natureza era particularmente hostil. O que os fazia dos outros seres humanos não era absolutamente a cor da pele, mas o fato de se portarem como se fossem parte da natureza: trabalhavam-na como uma senhora incontestada; não haviam criado um mundo de domínio humano, uma realidade humana e, portanto, a natureza havia permanecido, em toda a sua majestade, como a única realidade esmagadora, diante da qual os homens pareciam meros fantasmas, irreais e espectrais (ARENDR, 1978, p.263).

Podemos observar, nestas linhas de Arendt, que o europeu não reconhecia nenhuma forma de civilização nos povos que habitavam o território africano pelo fato de não terem registros escritos e nem modificarem a natureza. Não se considerava nesta época a oralidade, como elemento para as narrativas históricas de povos e civilizações.

O fato de nativos africanos viverem em harmonia com a natureza, não alterando-a e, portanto, não criando um mundo de domínio humano foi o que mais assustou o homem branco recém chegado no continente. Neste encontro a ideia de hierarquia racial fez sentido para o europeu, portanto, o imperialismo neocolonialista deu fôlego ao pensamento racista, marcado pela noção de “raça superior” associada ao progresso. Nesta lógica, podemos compreender a partilha da África e a utilização de argumentos do “racismo científico” para justificar esta partilha e conquista.

O não reconhecimento do africano como humano está na base das políticas discriminatórias que pretenderam tutelar os nativos, negando a estes o papel de sujeitos políticos e sociais. O não reconhecimento não foi resultado exclusivo da diferença visual entre “brancos” e “negros”, por mais que isso saltasse aos olhos. Foram as diferenças sociais e políticas, o fato de o europeu não reconhecer naquelas sociedades o seu próprio padrão, que o levou a conclusão de que não havia civilização e nem humanidade na África. Como o europeu se considerava a medida e referencial da humanidade, ao não ver sua imagem refletida, deduziu imediatamente que não estava diante de seres humanos. E mais, que os africanos deveriam ser conduzidos, guiados, educados, civilizados, cristianizados etc, para serem moldados à imagem e semelhança dos europeus. Ou seja, deveriam ser tutelados até alcançarem o padrão europeu de sociedade, quando poderiam ser considerados civilizados, portanto humanos (LOPES; ARNAUT, 2005, p.19).

O mundo contemporâneo, segundo Arendt (1978), conheceu, portanto, dois novos mecanismos de domínio político e social, o conceito de raça e a burocracia, e ambos foram colocados em prática na África durante o século XIX. No processo de colonização do continente africano pelo imperialismo europeu, “a raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam a margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana” (ARENDT 1978, p.253).

No caso da África do Sul, os colonos de origem holandesa, os Boeres, utilizaram o conceito de raça e criaram um tipo de racismo diferente do “racismo científico” clássico criado na Europa, no século XIX, por Gobineau. Para Arendt (1979) o racismo dos Boers diferenciava-se dos demais tipos de racismo pela ausência de uma literatura local de caráter científico que justificasse a hierarquia racial e também, pelo fato deste racismo apoiar-se numa interpretação religiosa autêntica. Segundo Arendt:

Os boers negavam simplesmente a doutrina cristã da origem comum dos homens, e transformaram aquelas passagens do antigo testamento que ainda não transcendiam os limites da velha região nacional. Como os Judeus, os Boers acreditavam que eram o povo escolhido, não para a salvação da humanidade, mas para a ociosa dominação de outras espécies, condenando os negros da África do Sul, à trabalhos forçados, pois essa seria a vontade de deus na terra, segundo a Igreja reformista holandesa e nesse aspecto o racismo dos Boers foi autêntico (ARENDT, 1978, p.256).

Historicamente os Boers descendem de colonos holandeses, que devido à péssima qualidade do solo, se dedicaram a criação de gado e se organizaram a princípio em clãs e escravizaram a maioria da população nativa da região do Cabo. No caso do Brasil, o conceito de raça e natureza, associado ao racismo, esteve na raiz das ciências sociais, por meio de três pensadores: Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha segundo as palavras de Ortiz.

Os parâmetros de raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. A interpretação de toda história

brasileira escrita no período adquire sentido quando relacionada a esses dois conceitos-chaves. Não é por acaso que *Os Sertões* abre com dois longos e cansativos capítulos sobre a terra e sobre o homem. Silvio Romero, já em seus primeiros estudos sobre o folclore, dividia a população brasileira em habitantes das matas, das praias e margens de rios, dos sertões, e das cidades. Nina Rodrigues, em suas análises do direito penal brasileiro, tece inúmeras considerações a respeito da vinculação entre as características psíquicas do homem e sua dependência do meio ambiente. Na verdade, meio e raça se constituíam em categorias de conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira (ORTIZ, 2006, p.14).

Ainda, segundo Ortiz (2006), os três intelectuais sofreram o impacto da produção teórica europeia, marcada no século XIX pelo positivismo de Comte, pelo Darwinismo social e pelo evolucionismo de Spencer. Essas teorias possuem em comum a crença na evolução dos povos e na possibilidade de encontrar leis que explicassem essa suposta evolução e a “superioridade” das sociedades europeias. Influenciados por essa perspectiva, os três intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX, principalmente Nina Rodrigues, veem no negro e, principalmente no mestiço as barreiras para o desenvolvimento do Brasil e com o conceito de raça acreditaram ter encontrado a resposta para o “atraso” em relação ao modelo hegemônico de sociedade, ou seja, a sociedade europeia.

5. Conclusão

Podemos concluir que o olhar sobre o negro e sobre as manifestações culturais de matriz africana é carregado de preconceito e discriminação. No Brasil, os negros escravizados foram responsáveis pela construção da imensa cultura Afro-brasileira que, também, sofreu com a estigmatização e preconceito. A capoeira, a Umbanda, o Candomblé, os batuques e outras manifestações culturais de matriz africana sempre sofreram com os mais diversos estigmas. As representações preconceituosas sobre a cultura de matriz africana e sobre os afrodescendentes no Brasil atravessaram séculos, criando uma forte rejeição em relação a cultura afro-brasileira. Diante disso, a criação da lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana, tem o intuito de contribuir para a valorização e a preservação de parte da nossa História que é a História dos Afrodescendentes que integram esta nação.

Bibliografia

ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTORIADIS, Cornélio. *O Mundo Fragmentado: as encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FERNANDES, Florestan. *O Negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Editora Global, 2007.

FERREIRA, Roberto Martins. *Popper e os Dilemas da Sociologia*. São Paulo: Annablume, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. *Políticas Públicas e Ações Afirmativas*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2009.

KANT, Immanuel. *Lógica*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Universitário, 2002.

LOPES, Ana Maria e ARNAUT, Luiz. *História da África: uma introdução*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

LOPES, Nei. *O Racismo Explicado aos meus Filhos*. São Paulo: Agir, 2007.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

MAGNOLI, Demétrio. *África do Sul*. São Paulo: Contexto, 1998.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a WITTIGENSTEIN*. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo Editora Brasiliense, 2006.

ROSENFELD, Anatol. *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo: editora Perspectiva, 2007.

SANTOS, Gislene Aparecida. Selvagens, Exóticos e Demoníacos: Idéias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. *Estudos Afro-Asiáticos*. V. 24 n. 2: Rio de Janeiro, p. 23-34, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. *Memória D'Africa: A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo: Cortez editora, 2007.

SEYFERTH, Giralda. O Beneplácito da Desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, pg. 17-41, 2002.

WIEVIORKA, Michel. *O Racismo, uma Introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.